

## **Dinheiro da educação é desviado**

*Demétrio Weber*

*MEC diz que estados deixaram de repassar R\$ 1,2 bilhão para ensino básico em 2009*

O Ministério da Educação (MEC) constatou que 21 estados deixaram de aplicar R\$ 1,2 bilhão em ensino básico no ano passado. O dinheiro deveria ter sido repassado ao Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica), principal mecanismo de financiamento da rede pública.

Mas, numa espécie de sonegação contábil, acabou livre para custear outras atividades.

O MEC já alertou os tribunais de contas dos estados e municípios, os ministérios públicos, federal e estadual, os conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb e os respectivos governos estaduais.

Convencido de que é preciso aumentar os investimentos em educação, o ministério quer evitar desvios nas verbas legalmente reservadas para o ensino.

O balanço de contas foi publicado no Diário Oficial em 19 de abril. Ele mostra que o rombo pode ser ainda maior, totalizando R\$ 2,1 bilhões, se forem contabilizados R\$ 921 milhões que o governo do Distrito Federal deixou de injetar no Fundeb.

Ocorre que, até o ano passado, o Distrito Federal não utilizava a conta específica do fundo. Assim, o ministério não tem como saber, de fato, se houve qualquer tipo de desvio ou sonegação no DF.

*São Paulo deve R\$ 660 milhões*

O estado de São Paulo aparece como maior devedor em valores absolutos: R\$ 660 milhões, o equivalente a 3,9% do montante que o governo paulista repassou ao fundo, em 2009. O Espírito Santo tem a segunda maior dívida: R\$ 259 milhões. Em termos percentuais, porém, o governo capixaba é líder disparado.

Segundo o MEC, o Espírito Santo deixou de injetar no Fundeb 22,2% do dinheiro devido. O estado do Rio também está na lista. O balanço diz que o governo fluminense deve R\$ 29 milhões, o equivalente a 0,7% da arrecadação destinada ao fundo.

O balanço de contas é resultado de um cruzamento de dados. Embora seja conhecido nacionalmente como uma coisa só, o Fundeb funciona, na verdade, como um fundo estadual cada unidade da federação tem o seu, alimentado por nove tipos de impostos ou transferências de verbas.

No fim do ano, os estados são obrigados a informar o total de sua arrecadação à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Ao analisar esses números, o MEC fez uma conta simples: calculou quanto cada estado deveria ter repassado ao fundo, levando em consideração a arrecadação total informada ao Ministério da Fazenda.

Isso pôde ser feito porque as alíquotas dos impostos que compõem o Fundeb são definidas em lei.

Os estados têm que se explicar — disse ao GLOBO o presidente do Conselho Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Cesar Callegari.

*Falta de recursos afeta professores*

Cauteloso, Callegari ressalva que é preciso diferenciar o que é sonegação do que é erro contábil. Para ele, no entanto, as duas situações prejudicam o funcionamento do Fundeb. No

caso da sonegação, o motivo é evidente: menos recursos no Fundeb significam salários mais baixos para os professores e piores condições de ensino. Erros de informação, por sua vez, afetam outra virtude do Fundeb: a transparência no uso dos recursos.

Em 2009, a complementação federal ao Fundeb foi de R\$ 5 bilhões, num total de R\$ 72 bilhões gastos pelo fundo. Apenas nove estados das regiões Norte e Nordeste recebem ajuda da União.

Callegari, que também é presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, chama a atenção para outro problema.

A partir de 2010, a complementação federal equivale a 10% do aporte dos estados e municípios.

Assim, uma eventual sonegação de R\$ 1 bilhão, por exemplo, representaria um corte de R\$ 100 milhões na ajuda federal.

A fiscalização do Fundeb é uma tarefa que recai principalmente sobre os tribunais de contas dos estados.

Na avaliação de técnicos do MEC, os tribunais acabam chancelando práticas consideradas ilegais pelo ministério.

O caso do Espírito Santo é emblemático.

Callegari explica que o governo capixaba utiliza uma fórmula heterodoxa ao calcular os repasses do ICMS para o Fundeb. Como parte da arrecadação se destina primeiramente ao Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), a alíquota do Fundeb acaba sendo aplicada sobre uma base reduzida o que resulta em transferências igualmente menores.

Quem está financiando o desenvolvimento portuário do Espírito Santo é a educação pública — afirma Callegari.

O coordenador-geral do Fundeb no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Vander Oliveira Borges, concorda:

Para nós, é ilegal.

A Secretaria de Educação do Espírito Santo foi contatada no início da tarde de sexta-feira e prometeu dar resposta até o fim da tarde.

Até ontem, porém, ninguém da secretaria havia procurado O GLOBO.

O governo de São Paulo negou qualquer irregularidade em relação ao Fundeb. Em nota, a Secretaria da Fazenda acusa o MEC de erro na contabilização dos repasses de São Paulo e outros estados. Segundo a secretaria, as transferências para o fundo são feitas sempre às segundas-feiras da semana seguinte, o que exigiria ajustes de cálculo, por parte do ministério, nos valores referentes à primeira e à última semana do ano. "O Estado de São Paulo cumpre rigorosamente a vinculação constitucional do ensino, tendo aplicado em 2009 o percentual de 30,14%, envolvendo recursos expressivos da ordem de R\$ 20,4 bilhões", diz o texto.

A assessoria de Imprensa do governo do DF informou que, até outubro de 2009, os recursos do Fundeb eram depositados numa conta do Banco Regional de Brasília e não na conta específica do Banco do Brasil. Segundo a assessoria, isso mudou em novembro, por determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

A Secretaria de Educação do Rio de Janeiro foi contatada no início da tarde de sexta-feira e informou, à noite, que não conseguiria prestar esclarecimentos em tempo hábil.

# MENOS VERBA NAS SALAS DE AULA

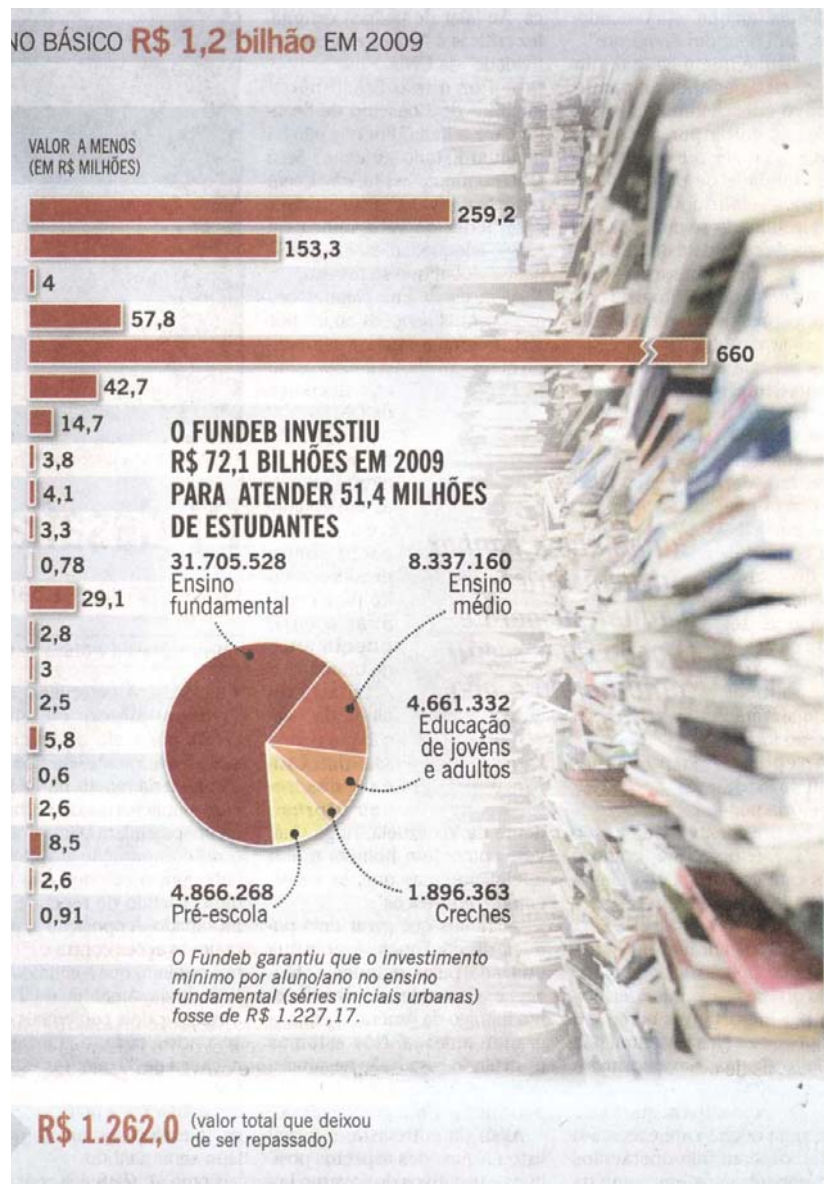


DEIXARAM DE SER REPASSADOS AO ENSINO BÁSICO **R\$ 1,2 bilhão**

	VALOR REPASSADO AO FUNDEB EM 2009	VALOR QUE DEVERIA TER SIDO REPASSADO	% QUE DEIXOU DE SER REPASSADO
Espírito Santo	1.165,3	1.424,5	-22,24%
Pará	794,4	947,7	-19,3%
Roraima	66,1	70,1	-6,05%
Ceará	978,4	1.036,3	-5,92%
São Paulo	16.880,0	17.540,0	-3,91%
Pernambuco	1.392,9	1.435,7	-3,07%
Mato Grosso do Sul	836,8	851,5	-1,76%
Sergipe	297,3	301,1	-1,28%
Rondônia	377,5	381,7	-1,11%
Piauí	320,8	324,1	-1,03%
Acre	98,3	99,1	-0,81%
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>4.139,8</b>	<b>4.169,0</b>	<b>-0,71%</b>
Paraíba	443,3	446,2	-0,65%
Rio Grande do Norte	503,2	506,2	-0,6%
Maranhão	507,2	509,7	-0,49%
Bahia	1.930,4	1.936,2	-0,3%
Tocantins	200,8	201,4	-0,3%
Amazonas	905,6	908,2	-0,29%
Rio Grande do Sul	3.329,8	3.338,4	-0,26%
Goiás	1.398,1	1.400,7	-0,19%
Amapá	90,3	90,4	-0,11%
Alagoas*	360,5	265,6	-
Minas Gerais*	5.004,2	4.947,4	-
Mato Grosso*	906,2	665,9	-
Paraná*	2.771,2	2.769,1	-
Santa Catarina*	1.890,2	1.861,3	-

**TOTAL**

\*Esses estados repassaram mais que o exigido por lei



### Investimento por aluno é insuficiente

O Fundeb vai garantir um investimento mínimo de R\$ 1.414,85 por aluno de ensino fundamental da rede pública, em 2010. É o equivalente a R\$ 117 por mês, valor considerado insuficiente para oferecer ensino de alta qualidade, segundo especialistas e o próprio Ministério da Educação (MEC).

O gasto mínimo por aluno/ ano é calculado com base nas estimativas de receita do Fundeb para o ano. Inicialmente, o ministério havia projetado um valor ligeiramente maior: R\$ 1.415,97.

O resultado de um novo cálculo foi divulgado na sexta-feira pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): o gasto mínimo por aluno caiu para R\$ 1.414,85 (menos 0,1%).

O coordenador-geral do Fundeb no FNDE, Vander Oliveira Borges, diz que a correção foi motivada por um erro nem todas as matrículas tinham sido incluídas no primeiro cálculo.

A quantia vale para as séries iniciais do ensino fundamental em escolas urbanas. O valor mínimo por aluno serve de referência para as transferências do Fundeb às redes estaduais e municipais de ensino.

O valor mínimo serve de referência também para a complementação federal ao Fundeb. Na realidade, esse valor é praticado apenas em nove estados do Norte e Nordeste.

Nos demais, os gastos por aluno são maiores.

O Brasil investiu em educação 4,7% do PIB (Produto Interno Bruto), em 2008. A Unesco recomenda 6%.

**Fonte: O Globo, Rio de Janeiro, 10 maio 2010, Primeiro Caderno, p. 3.**

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais